

PSICOLOGIA AMBIENTAL - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES¹

Mara Ignez Campos de Carvalho²
Universidade de São Paulo

RESUMO - Este artigo discute o conceito de *ambiente* na área da psicologia ambiental, em especial na psicologia ecológica, salientando a interdependência entre componentes ambientais e a bidirecionalidade da relação homem-ambiente. São revistas as concepções de ambiente de Lewin (1951/1965), Barker (1968) e Bronfenbrenner (1979), que embora divergindo entre si, compartilham daqueles pressupostos. Algumas limitações metodológicas são apontadas quanto a planejamentos de pesquisas dentro da perspectiva ecológica, tais como a dificuldade em captar e analisar simultaneamente todos os aspectos ambientais que interdependentemente afetam o comportamento humano, bem como em verificar simultaneamente a bidirecionalidade da relação homem-ambiente.

Palavras-Chaves: psicologia ambiental, abordagem ecológica, relações ambiente-comportamento.

ENVIRONMENTAL PSYCHOLOGY - SOME CONSIDERATIONS

ABSTRACT - This article discusses the concept of *environment* in environmental psychology, especially in ecological psychology, focusing in the interdependence between environmental components and bidirectionality of the man-environment relationship. The conception of environment of Lewin (1951/1965), Barker (1968) and Bronfenbrenner (1979) are reviewed and it is shown that although divergent they share some of the same assumptions. Some methodological limitations are raised in relation to research designs comprehended by the ecological approach, such as difficulties in simultaneously recording and analysing all environmental aspects that interdependently affect human behavior, or simultaneously checking the bidirectionality of man-environment relationship.

Key-words: environmental psychology, ecological approach, behavior-environment relations

1 Este trabalho foi inicialmente elaborado como parte da introdução da tese de doutoramento *Arranjo espacial e distribuição de crianças de 2-3 anos pela área de atividades livres em creche* (Instituto de Psicologia, USP, 1990). Agradecemos a orientação da Prof. Maria Clotilde Rossetti Ferreira e o auxílio da FAPESP e CNPq na realização desta pesquisa. À Prof. Clotilde agradecemos ainda as sugestões e apoio dados na primeira Versão deste artigo.

2 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo - Av. Bandeirantes 3.900, Ribeirão Preto, S.P., 14040-901.

Este artigo tem por objetivo a discussão de dois pontos principais: (1) o conceito de ambiente na área da psicologia ambiental, particularmente na psicologia ecológica, salientando a interdependência entre componentes ambientais e a bidirecionalidade da relação homem-ambiente; (2) algumas limitações metodológicas no planejamento de pesquisas, para abarcar aqueles dois pressupostos subjacentes à concepção de ambiente.

Iniciaremos com uma breve caracterização da psicologia ambiental. A psicologia ambiental propõe-se ao estudo das relações entre ambiente e comportamento humano, dando prioridade aos aspectos físicos do ambiente (Gärling, 1988; Holahan, 1986; Proshansky, Ittelson & Rivlin, 1970; Stokols, 1978, 1990; Wohlwill, 1970; Wohlwill & Heft, 1987). Ela é vista como uma área de estudos de um campo interdisciplinar sobre as relações homem-ambiente (Stokols, 1978). Outras perspectivas, além da psicologia ambiental, integram este campo, tais como a ecologia humana, sociologia ambiental e urbana, arquitetura, planejamento e administração de recursos naturais e geografia comportamental. Stokols (1978) aponta que a psicologia ambiental, embora próxima àquelas áreas, diverge das mesmas por colocar uma ênfase relativamente maior nos processos psicológicos básicos (cognição, desenvolvimento, personalidade, aprendizagem), bem como nos níveis de análise individual e de grupo, em contraposição ao nível de análise de sistemas sociais.

Desde a sua emergência, durante a década de 70 principalmente, a psicologia ambiental tem focalizado uma pluralidade de problemas. É constituída por vários domínios de pesquisa, orientados tanto para a resolução de problemas ambientais como para o desenvolvimento de conceituações sobre o intercâmbio homem-ambiente (para revisão ver Altman e Rogoff, 1987; Holahan, 1986; Saegert e Winkel, 1990; Stokols, 1978). As áreas sobre tensores ambientais, percepção e cognição espacial, avaliação ambiental e comportamento espacial (em termos de espaço pessoal, territorialidade/crimes e privacidade) têm sido apontadas como as áreas primárias de investigação ou como as mais amadurecidas do ponto de vista teórico e metodológico (Bernard, 1991; Holahan, 1986; Saegert & Winkel, 1990).

Dentre os vários domínios da psicologia ambiental, encontra-se a psicologia ecológica, a qual trouxe uma perspectiva ecológica para o estudo do ambiente e comportamento humano (Stokols, 1978). Por esta perspectiva o ambiente é concebido "em termos multidimensionais e molares, e o foco de análise está nas inter-relações entre pessoas e seus meios sócio-físicos...muito mais do que nas conexões entre estímulos discretos e respostas comportamentais..." (Stokols, 1978, p. 254).

Os trabalhos de Barker e seus colaboradores em Kansas constituem-se na primeira análise sistemática, na psicologia, para demonstrar o impacto do ambiente ecológico no comportamento humano, inclusive anterior à emergência da psicologia ambiental. A maioria dos outros trabalhos ambientais, na mesma época, focalizava o ambiente em termos do conceito de espaço de vida de Lewin (1951/1965) ou então focalizava "estímulos micro-ambientais da psicologia perceptual e operante" (Stokols, 1978, p. 255). Wohlwill e Heft (1987) salientam que, em um sentido estrito, o termo psicologia ecológica refere-se à análise naturalística do comportamento desenvolvida por Barker e colaboradores, cuja unidade de análise é o conceito de cenário comportamental (tradução do termo inglês *behavior setting*). Este é definido em termos molares, geralmente em relação a sua função (escola, igreja, jogos de futebol, encon-

tros científicos), sem muita ênfase em características físicas específicas ou nos determinantes pessoais das reações ao ambiente (Barker, 1968, 1990). Conceitualizações mais recentes (Fuhrer, 1990; Wicker, 1987) também têm enfatizado o processo psicológico dos indivíduos.

Embora o termo *ecológico* já estivesse em uso na psicologia desde a década de 30, com a psicologia ambiental, e em especial com a psicologia ecológica, tem havido um interesse e preocupação crescente com o termo ecológico (Stokols, 1987; Valsiner & Benigni, 1986). Como consequência, a pesquisa contextualizada ou ecológica passou a ser vista, em várias áreas da psicologia, como uma perspectiva alternativa, do ponto de vista metodológico e teórico, ao método científico tradicional (Altman & Rogoff, 1987; Stokols, 1987). Dessa maneira, o termo psicologia, perspectiva ou abordagem ecológica vem sendo utilizado num sentido mais amplo, indo além da psicologia ecológica de Barker, ou mesmo da psicologia ambiental. Entretanto, existem certos pressupostos comuns quanto à concepção de ambiente, subjacentes a várias pesquisas em psicologia ambiental (embora não em todas), condizentes com uma perspectiva ecológica.

CONCEPÇÃO DE AMBIENTE

Todo e qualquer contexto ambiental é visto como um sistema de inter-relações ou de interdependências entre os vários componentes físicos e humanos, que participam daquele contexto (Barker, 1969; Bronfenbrenner, 1977; Legendre, 1985; Proshansky, Ittelson & Rivlin, 1970; Stokols, 1978). Esta característica de interdependência implica em influências recíprocas entre os vários componentes, não envolvendo portanto uma sequência direta e sim um *feedback* recíproco ou circular. Tal concepção das relações ambiente-comportamento humano está inserida na noção de sistemas abertos (Legendre, 1985; Proshansky, Ittelson & Rivlin, 1970; Valsiner, 1987). Estes dependem das relações de troca com seus ambientes para sua existência; em contraposição, sistemas fechados não dependem da relação de troca com o ambiente (Bertalanffy, 1950).

Um outro aspecto essencial da psicologia ambiental numa perspectiva ecológica diz respeito à concepção bidirecional ou transacional da relação homem-ambiente (Legendre, 1985; Moore, 1987; Stokols, 1978; Wohlwill & Heft, 1987). Isto significa que se deve levar em conta não somente o impacto de dimensões do ambiente sobre as pessoas, mas também a ação e reação destas sobre seu ambiente, inclusive modificando-o através de suas ações. Como apontado por Moore (1987), por exemplo, a criança é vista como agente de seu próprio desenvolvimento, e não um organismo passivo bombardeado por estímulos - se de um lado os comportamentos da criança são afetados por características ambientais, por outro lado a criança explora, descobre, experimenta e inicia ações em seu ambiente.

Tendo sido colocados esses dois aspectos essenciais quanto à concepção de ambiente - sistema de interdependência e bidirecionalidade - dois pontos merecem consideração quando se diz que a psicologia ambiental tem enfatizado as relações entre comportamento humano e ambiente físico.

Em primeiro lugar, quando se fala em ambiente físico e comportamento humano, a aparente dicotomia entre esses dois elementos é feita para propósitos de estudo e análise (Proshanky & cols., 1970). Ou seja, está subjacente a noção de que o homem é um dos componentes do contexto ambiental, em interdependência com todos os outros componentes. Como ressaltado por Valsiner (1987), para efeito de pesquisa é usual em psicologia se separar pessoas (e seus fenômenos psicológicos) de seus ambientes. No entanto, levando em conta os aspectos de interdependência e bidirecionalidade, tal dicotomia se caracteriza por uma separação inclusiva da pessoa em relação ao seu ambiente - o contexto ambiental entra necessariamente na análise do fenômeno estudado, havendo interdependência entre eles. Este aspecto é característico de sistemas abertos, em contraposição a sistemas fechados nos quais o fenômeno estudado é analisado sem considerar o contexto, ou seja, há uma separação exclusiva da pessoa em relação ao ambiente.

O segundo aspecto diz respeito à ênfase no ambiente físico, o que poderia pressupor a existência de outros tipos de ambiente. Entretanto, não existem ambientes distintos ou separados, mas diferentes modos de analisar a mesma situação (Proshansky, Ittelson & Rivlin, 1970). Ou seja, somente com a finalidade de análise e pesquisa é que se extrai do ambiente um de seus aspectos: (a) físicos (objetos, equipamentos, características espaciais, topográficas, etc); (b) sociais (pessoas que participam daquele contexto, seus papéis, atividades, valores e cultura, etc); (c) pessoais ou psicológicos (percepção do ambiente pelos participantes, suas expectativas, experiências anteriores, etc).

A interdependência de aspectos físicos do ambiente com os demais componentes fica mais evidente quando se considera o ambiente físico construído pelo homem (escola, hospital, creche, casa, apartamento, bairro, etc). Tal ambiente constitui-se numa expressão do sistema social, o qual define a função daquele espaço, as pessoas que podem utilizá-lo, bem como as atividades das pessoas e suas relações com outros (Proshanky & cols., 1970). Como colocado por David e Weinstein (1987) o ambiente construído exerce um impacto tanto direto - elementos do ambiente físico podem influenciar o comportamento, facilitando certas atividades e obstruindo outras - como simbólico, pois comunicam mensagens simbólicas sobre a intenção e valores das pessoas que controlam aquele ambiente. Destas colocações depreende-se que a participação individual (ou de um grupo) em um determinado ambiente físico é influenciada não só pelo espaço físico e suas propriedades, mas também pelas pessoas que aí estão, seus papéis e atividades, definidos pelo contexto social no qual está inserido aquele ambiente físico. Ademais, a maneira como as pessoas percebem este ambiente, suas experiências anteriores em outros ambientes e suas expectativas a respeito da situação atual, também influenciam seus comportamentos (Proshansky, Ittelson & Rivlin, 1970).

Apresentaremos a seguir, a título de ilustração, uma síntese da concepção de ambiente de Lewin (1951/1965), Barker (1968) e Bronfenbrenner (1977, 1979). Estes autores, embora divergindo entre si, compartilham daqueles pressupostos básicos à noção de ambiente.

A noção de ambiente percebido ou experienciado, psicológico ou pessoal foi amplamente desenvolvida na teoria de campo de Lewin (1951/1965), através de seu conceito de espaço de vida. Lewin já afirmava a interdependência entre as várias partes

componentes do espaço de vida; a pessoa e seu ambiente são variáveis que dependem mutuamente uma da outra. Sua concepção de campo psicológico como determinante do comportamento, supõe que tudo que afeta o comportamento num determinado momento está representado no campo existente naquele momento; ou seja, são componentes de um campo presente somente aqueles fatos que podem influir no comportamento. Entretanto, o campo que influencia um indivíduo não é descrito em termos fisicamente objetivos, mas sim da maneira como ele existe para a pessoa naquele momento. Na psicologia individual, o campo é o espaço de vida do indivíduo, constituindo-se da pessoa e do meio psicológico tal como ele existe para a pessoa. Na psicologia de grupo, o espaço de vida se constitui de um grupo e do meio tal como existe para o grupo.

Barker (1968) e Bronfenbrenner (1977, 1979) posteriormente se apoiaram em Lewin, na sua concepção de ambiente, expandindo porém a conceituação de espaço de vida.

Para Barker (1968), o ambiente psicológico, ou espaço de vida nos termos de Lewin, difere do ambiente ecológico (contextos objetivos e pré-perceptuais do comportamento), embora a psicologia ecológica englobe os dois. Conquanto o ambiente psicológico mereça investigação, somente através dele não se pode compreender o ambiente ecológico. As características do ambiente ecológico não podem ser determinadas observando comportamentos individuais. Pessoas individuais, habitando o mesmo ambiente ecológico, diferem em atributos psicológicos e portanto seus comportamentos também são diferentes. Entretanto, é possível identificar atributos comuns numa população de um determinado ambiente ecológico, ou seja, há um padrão de comportamentos extra-individual. A identificação do ambiente ecológico é facilitada pelo fato que ele, ao contrário do ambiente psicológico, tem uma realidade objetiva, com atributos temporais e físicos, englobando um padrão extra-individual de comportamentos característicos daquele ambiente.

Tais entidades eco-comportamentais (lar, escola, parque, igreja, aula de matemática, etc.) constituem fenômenos comuns da vida diária. Os participantes de diferentes entidades eco-comportamentais exibirão padrões de comportamentos extra-individuais diferentes, ou seja, as pessoas comportam-se diferentemente em uma igreja, em um parque, em uma escola. Barker (1965, 1968) denomina tais entidades de cenários comportamentais, os quais possuem componentes humanos e não humanos e circuitos de controle; estes modificam os componentes de modo previsível, para manter as entidades em seus estados característicos. Tais estados são definidos por esquemas ou programas de ação que devem ser seguidos pelas pessoas, tomando-se portanto objeto de regulações sociais. As pessoas tendem a seguir as características gerais de comportamentos estabelecidos pelo cenário comportamental específico, porém alguns aspectos do comportamento das pessoas podem variar amplamente. Isto porque aquele não determina de modo algum o conteúdo e a estrutura do mundo psicológico da pessoa.

Bronfenbrenner (1977, 1979; Bronfenbrenner & Crouter, 1983), apoiado em Lewin, realça a importância do campo fenomenológico na pesquisa ecológica. Concede maior ênfase ao ambiente percebido pelas pessoas do que tal como ele existe numa realidade objetiva. Entretanto, expande o escopo de ambiente proposto por Lewin e Barker, ao conceber o ambiente ecológico como se estendendo além da situação

imediate que afeta diretamente a pessoa em desenvolvimento. O ambiente ecológico é concebido por ele como um conjunto de estruturas aninhadas, cada uma contida dentro da próxima. Abrange desde as situações imediatas das quais a pessoa participa (microsistema e mesossistema; por exemplo, escola, creche, local de trabalho), até estruturas sociais específicas (exossistemas; por exemplo, características do bairro, meio de transporte e de comunicação) e sistemas econômicos, sociais, educacionais, políticos e ideológicos (macrossistemas). Implícito nesta concepção está que tais estruturas devem ser vistas como interdependentes, devendo ser analisadas, então, em termos de sistemas.

Em suma, a concepção de ambiente de Barker (1965, 1968, 1990) e de Bronfenbrenner (1977, 1979; Bronfenbrenner & Crouter, 1983) com base em Lewin (1951/1965), inclui o ambiente percebido pelas pessoas, apontando a importância de sua investigação. Entretanto, aqueles dois autores se diferenciam, dentre outros aspectos, quanto à ênfase concedida ao ambiente psicológico. Barker desenvolveu sua concepção de cenário comportamental com base no ambiente ecológico, que difere do ambiente psicológico. Já Bronfenbrenner concede maior realce ao ambiente psicológico, enfatizando a importância do campo fenomenológico na sua concepção de ambiente e consequentemente na pesquisa ecológica.

Embora exista uma ênfase crescente na necessidade de se conduzir pesquisas ecologicamente orientadas, não há uma definição única do termo validade ecológica (Bronfenbrenner, 1977; Scheidt, 1981). Esta tem sido diferentemente definida por vários autores, com referência a significados como validade externa, ambiente vivenciado pelos sujeitos de um estudo, estrutura do ambiente, validade transcontextual, adequação no dimensionamento de aspectos do sistema e suas relações recíprocas (Bronfenbrenner, 1979, Hultsch & Hickey, 1978; Petrinovitch, 1979, Weisz, 1978).

Conquanto o termo validade ecológica venha sendo usado com múltiplos significados, tem sido apontado como fundamental que não seja redutível a situações cotidianas ou familiares, independentemente do fenômeno estudado (Bronfenbrenner, 1977; Legendre, 1985; Scheidt, 1981). Este é exatamente nosso objetivo ao abordar aqui este tópico.

Como bem apontado por Ceci e Bronfenbrenner (1991), a escolha em utilizar um planejamento experimental *versus* não experimental, ou em conduzir um estudo de campo *versus* laboratório, deve ser feita levando em conta a questão particular que se quer investigar, ou seja, há uma multiplicidade de maneiras para acumular conhecimento e nenhuma é, *a priori*, a melhor. Assim sendo, o laboratório pode ser visto como um contexto ecológico, dependendo do problema. Por exemplo, se o objetivo do estudo é investigar a interação entre mãe e criança quando esta é colocada numa situação não familiar, o laboratório se constitui em um ambiente mais apropriado que certas situações de vida cotidiana (Bronfenbrenner, 1977, 1979).

Por outro lado, o fato de uma pesquisa ser conduzida em situação de vida diária não lhe confere automaticamente uma validade ecológica. Algumas situações ditas naturais podem ter um caráter tão excepcional ou atípico para certas pessoas, que não se constituirão como representativas do fenômeno sob investigação (Legendre, 1985).

Sumarizando, para que uma pesquisa seja caracterizada como ecológica, do nosso ponto de vista é necessário que a investigação seja conduzida em um contexto ambiental representativo do fenômeno sob estudo. Ademais, os pressupostos de

concepção das relações pessoa-ambiente. Por exemplo, nossa pesquisa (Campos de Carvalho, 1989; Campos de Carvalho & Rossetti Ferreira, no prelo) foi direcionada para investigar a influência do arranjo espacial na distribuição espacial das crianças. Além de apontarmos uma modificação no padrão de ocupação do espaço em cada tipo de arranjo espacial, pudemos evidenciar o papel ativo das crianças na seleção de áreas mais estruturadas para o desenvolvimento de suas atividades, de acordo com uma concepção bidirecional ou transacional das relações homem-ambiente.

Esta nossa colocação, até certo ponto, opõe-se à visão de Valsiner e Benigni (1986), para quem uma pesquisa sobre criança-ambiente não será ecológica se não incluir informações explícitas de como esses dois fatores se relacionam. Para eles uma pesquisa só será ecológica se "focalizar os processos presentes nas relações criança-ambiente, que são investigados à medida que funcionam no curso do tempo" (Valsiner & Benigni, 1986, p. 214). Para esses autores, a abordagem ecológica aplicada no estudo das relações criança-ambiente, necessariamente gerará pesquisas sobre *processos* de desenvolvimento infantil e se assim não o for a pesquisa não poderá ser caracterizada como ecológica. Enquanto que em nossa opinião, a abordagem ecológica, além de focalizar uma das direções por necessidade metodológica, é também passível de aplicação em estudos sobre comportamentos infantis, com interesses outros que não a investigação de processos de desenvolvimento, tal como em nossa pesquisa (Campos de Carvalho & cols., 1989). Entretanto, concordamos com Valsiner e Benigni (1986) de que os processos de desenvolvimento devem ser estudados considerando as relações criança-ambiente como objeto de investigação, ou seja, através de uma perspectiva ecológica.

A proposição de uma perspectiva ecológica para o estudo do desenvolvimento humano tem sido atualmente colocada por vários autores (e.g. Bronfenbrenner, 1989; Moore, 1987; Wohlwill & Heft, 1987). Por exemplo, Bronfenbrenner (1989) propõe que o desenvolvimento é função conjunta da pessoa e ambiente, envolvendo os processos através dos quais as propriedades da pessoa e do ambiente interagem para produzir continuidade e mudança nas características da pessoa durante a vida; portanto, a dimensão tempo é necessária para abarcar o processo que produz uma consequência desenvolvimental observada. Entretanto, Bronfenbrenner aponta que os estudos sobre as propriedades do contexto têm focalizado principalmente os produtos do desenvolvimento e não os processos que o produzem; ou então deixam de considerar as características pessoais, como se todas as pessoas fossem igualmente afetadas, por exemplo, pelos aspectos físicos do ambiente. Por outro lado, Bronfenbrenner também aponta que na maioria dos estudos sobre características pessoais instigadoras do desenvolvimento, estas são definidas sem nenhuma referência ao ambiente no qual ocorrem, como se este não tivesse importância, ou então como se exercesse uma influência negligenciável. Stokols (1990), referindo-se aos aspectos físicos, também lança um alerta contra uma perspectiva reducionista pelo qual "ambientes físicos exercem influência mínima ou negligenciável sobre o comportamento, saúde e bem-estar de seus usuários." (Stokols, 1990, p. 641). Embora Stokols aponte que a psicologia ambiental, desde seu início, refletiu uma rejeição dessa perspectiva, ela ainda persiste na psicologia, por exemplo no âmbito da psicologia do desenvolvimento, onde o ambiente social tem sido primordialmente focalizado (Wachs, 1989, 1990; Wachs & Camli, 1991; Wohlwill & Heft, 1987).

Já Wohlwill e Heft (1987) chamam a atenção para o aspecto do papel ativo da criança em desenvolvimento em seu ambiente. Embora este aspecto seja amplamente reconhecido e aceito, ainda há falta de informação sobre os modos pelos quais as crianças efetivamente atuam em seu ambiente, e como essas atividades se modificam, tanto quantitativa como qualitativamente, no curso do desenvolvimento; ainda é necessário determinar as características funcionais das atividades, por exemplo quais aspectos do ambiente infantil, tanto físico como social, que promovem ou interferem em tais atividades. Salientam também a necessidade de pesquisas voltadas para a reação da criança à mudança ambiental, levando em conta a dimensão tempo.

Estes são alguns dos desafios atuais colocados aos estudiosos do desenvolvimento, de acordo com um paradigma ecológico.

REFERÊNCIAS

- Altman, I., & Rogoff, B. (1987). World views in psychology: Trait, organismic, and transactional perspectives. Em D. Stokols & I. Altman (Eds.), *Handbook of environmental psychology* (pp. 7-40). New York: Wiley.
- Barker, R. G. (1965). Exploration in ecological psychology. *American Psychologist*, 20, 1-14.
- Barker, R. G. (1968). *Ecological psychology*. Palo Alto: Stanford University Press.
- Barker, R. G. (1969). Wanted: An eco-behavioral science. Em E. P. Willems & H. I. Raush (Eds.), *Naturalistic viewpoints in psychological research* (pp. 31-43). New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Barker, R. G. (1990). Recollections of the Midwest Psychological Field Station. *Environment and Behavior*, 22, 503-513.
- Bernard, Y. (1991). Environmental psychology in France. *Journal of Environmental Psychology*, 11, 277-285.
- Bertalanffy, L. von (1950). The theory of open system in physics and biology. *Science*, 11, 23-29.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32, 513-531.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1989). *The ecology of cognitive development research models and fugitive findings*. Paper presented at Symposium of the Jean Piaget Society, Philadelphia.
- Bronfenbrenner, U., & Crouter, A. C. (1983). The evolution of environmental modes in developmental research. Em P. H. Mussen (Ed.), *Handbook of child psychology* (Vol. I, 4^a ed., 358-414). New York: Wiley.

- Campos de Carvalho, M. I. (1989). Organização espacial da área de atividades livres em creches. *Anais da 18ª - Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto*, 305-310.
- Campos de Carvalho, M. I., & Rossetti Ferreira, M. C. (no prelo). Importance of spatial arrangements for young children in day care centers. *Children's Environments*.
- Campos de Carvalho, M. I., Rubiano, M. R. B., & Rossetti Ferreira, M. C. (1989, julho). *Spatial characteristics of the setting and daycare children's use of space and social state*. Paper presented at the Tenth Biennial Meeting of the International Society for the Study of the Behavioral Development, Finland.
- Ceci, S. J., & Bronfenbrenner, U. (1991). On the demise of everyday memory. *American Psychologist*, 46, 27-31.
- David, T. G., & Weinstein, C. S. (1987). The built environment and children's development. Em C. S. Weinstein & T. G. David (Eds.), *Spaces for children - The built environment and child development* (pp. 3-17). New York: Plenum.
- Fuhrer, V. (1990). Bridging the ecological-psychological gap: Behavior settings as interfaces. *Environment and Behavior*, 22, 518-537.
- Gárling, T. (1988). What is environmental about environmental psychology? *Journal of Environmental Psychology*, 8, 161-162.
- Golledge, R. G. (1988). Comment about "Handbook of Environmental Psychology". *Journal of Environmental Psychology*, 8, 162-165.
- Holahan, C. J. (1986). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 37, 381-407.
- Hultsch, D. F., & Hickey, T. (1978). External validity in the study of human development - Theoretical and methodological issues. *Human Development*, 21, 76-91.
- Kaplan, S. (1988). Comment about "Handbook of Environmental Psychology"- Some principles the "Handbook" left out: Notes to the neophyte researcher interested in changing the world. *Journal of Environmental Psychology*, 8, 165-166.
- Legendre, A. (1985). L'experimentation écologique dans l'approche des comportements sociaux des jeunes enfants en groupes. Em P. M. Baudonnière (Ed.), *Etudier l'enfant de la naissance à 3 ans* (pp. 165-181). Paris: Collection Comportements, CNRS.
- Legendre, A., & Fontaine, A. M. (1991). The effects of visual boundaries in two-year-olds' playrooms. *Children's Environments Quarterly*, 8, 2-16.
- Lewin, K. (1965). *Teoria de campo em ciência social*. São Paulo: Edusp (tradução brasileira do original inglês de 1951).
- Moore, G. T. (1987). The physical environment and cognitive development in child-care centers. Em C. S. Weinstein & T. G. David (Eds.), *Spaces for children - The built environment and child development* (pp. 41-72). New York: Plenum.

- Petrinovitch, I. (1979). Probabilistic functionalism - A conception of research method. *American Psychologist*, 34, 373-390.
- Proshansky, H. M., Ittelson, W. H., & Rivlin, I. (1970). *Environmental psychology: Man and his physical settings*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Saerger, S., & Winkel, H. (1990). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 41, 441-477.
- Scheidt, R. J. (1981). Ecologically-valid inquiry: Fait accompli? *Human Development*, 24, 225-228.
- Stokols, D. (1978). Environmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 29, 253-295.
- Stokols, D. (1987). Conceptual strategies of environmental psychology. Em D. Stokols & I. Altman (Eds.), *Handbook of environmental psychology* (pp. 41-70). New York: Wiley.
- Stokols, D. (1990). Instrumental and spiritual views of people-environment relations. *American Psychologist*, 45, 641-646.
- Valsiner, J. (1987). *Culture and the development of children's action - A cultural-historical theory of developmental psychology*. New York: Wiley.
- Valsiner, J., & Benigni, L. (1986). Naturalistic research and ecological thinking in the study of child development. *Developmental Review*, 6, 203-223.
- Wachs, T. D. (1989). The nature of the physical microenvironment: An expanded classification system. *Merrill-Palmer Quarterly*, 35, 399-419.
- Wachs, T. D. (1990). Must the physical environment be mediated by the social environment in order to influence development?: A further test. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 11, 163-178.
- Wachs, T. D., & Camli, O. (1991). Do ecological or individual characteristics mediate the influence of the physical environment upon maternal behavior? *Journal of Environmental Psychology*, 11, 249-264.
- Weisz, J. R. (1978). Transcontextual validity in developmental research. *Child Development*, 49, 1-12.
- Wicker, A. W. (1987). Behavior settings reconsidered: Temporal stages, resources, internal dynamics, context. Em D. Stokols & I. Altman (Eds.), *Handbook of environmental psychology* (pp. 613-653). New York: Wiley.
- Wohlwill, J. F. (1970). The emerging discipline of environmental psychology. *American Psychologist*, 25, 303-312.
- Wohlwill, J. F. (1980). The confluence of environmental and developmental psychology: Signpost to an ecology of development?. *Human Development*, 23, 354-358.
- Wohlwill, J. F., & Heft, H. (1987). The physical environment and the development of the

Psicologia ambiental

child. Em D. Stokols & I. Altman (Eds.), *Handbook of environmental psychology* (pp. 281-328). New York: Wiley.

Zimring, C. & Barnes, R. D. (1987). ChildrerTs environments - Implications for design and design research. Em C. S. Weinstein & G. David (Eds), *Spaces forchildren - The built environment and child development*(pp. 309-318). New York: Plenum.

Recebido em 01.06.1992

Aceito em 30.09.1993